

LISTA DE EXERCÍCIOS 1 – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. São tributos vinculados:

- a) o imposto e a taxa;
- b) o imposto e as operações de crédito;
- c) a taxa e a contribuição de melhoria;
- d) o imposto e a contribuição de melhoria;
- e) a taxa e as operações de crédito;

2. Lei complementar da União instituiu empréstimo compulsório para absorver temporariamente o poder aquisitivo da população, em face da tendência à hiperinflação. Esse empréstimo compulsório:

- a) é inconstitucional por ter sido instituído por lei complementar;
- b) deveria ter sido instituído por lei ordinária federal;
- c) é constitucional por ter sido instituído por lei complementar;
- d) é inconstitucional, pois não corresponde às hipóteses constitucionais de empréstimo compulsório;
- e) é constitucional, pois se trata de matéria urgente e de relevante interesse nacional;

3. O tributo destinado a atender indistintamente às necessidades de ordem geral da Administração Pública é:

- a) a contribuição parafiscal;
- b) a taxa;
- c) a contribuição de melhoria;
- d) o imposto;

4. Os serviços públicos justificadores da cobrança de taxas consideram-se utilizados potencialmente pelo contribuinte:

- a) quando sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;
- b) quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;
- c) quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários;
- d) quando não suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários;

5. A cobrança de taxa de localização de casas de comércio, por exemplo, mais onerosa em uma zona em que tal localização se afigura desinteressante ao Município, sendo diminuída em seu montante, nos casos de fixação em zona considerada ideal para atividade, configuraria, neste caso, a aplicação:

- a) parafiscal do tributo;
-

- b) extrafiscal do tributo;
- c) penal do tributo;
- d) paranormal do tributo;

6. Classificam-se como limitações constitucionais ao poder de tributar:

- a) a liminar em mandado de segurança e a isenção;
- b) a imunidade e a decadência;
- c) a isenção e a imunidade;
- d) a moratória e a imunidade;
- e) os princípios da legalidade, da anualidade e a imunidade tributária;

7. O princípio constitucional da imunidade tributária recíproca veda:

- a) instituição de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;
- b) aos Municípios cobrarem da União e dos Estados taxas pelo serviço de coleta de lixo;
- c) a incidência do imposto sobre produtos industrializados nos automóveis adquiridos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios diretamente dos fabricantes;
- d) a incidência do imposto sobre a propriedade predial territorial urbana com relação a imóvel pertencente à União;
- e) a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos;

8. A competência legislativa sobre normas gerais de Direito Tributário pertence:

- a) aos Estados;
- b) aos Estados e Municípios;
- c) aos Municípios, Estados e à União;
- d) à União;

9. No processo de incidência com adoção do valor adicionado, o imposto é:

- a) seletivo;
- b) essencial;
- c) direto;
- d) real;
- e) não cumulativo.

10. Face ao disposto na Constituição do Brasil pertinente ao princípio da anualidade, marque a alternativa correta.

- a) Tributo instituído em determinado exercício poderá ser exigido no mesmo exercício.
- b) Tributo instituído em um exercício só poderá ser exigido a partir do primeiro dia do exercício seguinte.
- c) Imposto criado no início de determinado exercício não observa o princípio da anualidade.
- d) O princípio da anualidade não alcança as taxas.
- e) O princípio da anualidade só diz respeito aos impostos e contribuições de melhoria.